

**HABEAS CORPUS Nº 568.081 - SP (2020/0072940-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : ALEXANDRE ALMEIDA DE TOLEDO  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE ALMEIDA DE TOLEDO - SP260492  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : NATANAEL ESPINDOLA ATANAZIO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. INADMISSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. AÇÃO PENAL SENTENCIADA. COMPETÊNCIA PARA REAVALIAR A PRISÃO (RECOMENDAÇÃO N. 62/2020 DO CNJ) DO RELATOR DA APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO *Writ* indeferido liminarmente (art. 210 do RISTJ). Ordem concedida de ofício nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Neste *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Natanel Espíndola Atanazio** – condenado, como incurso no crime de tráfico de drogas, à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto (Ação Penal n. 1522129-56.2019.8.26.0228, da 17ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP) –, sob alegação de constrangimento ilegal no despacho exarado pelo Desembargador Relator da Apelação Criminal n. 1522129-56.2019.8.26.0228, que indeferiu o pedido formulado pela defesa do paciente (revogação da prisão preventiva ou substituição por cautelares diversas), requer-se, inclusive, em liminar, a revogação da prisão e, subsidiariamente, a substituição por cautelares diversas.

É o relatório.

O *writ* é manifestamente inadmissível, uma vez que impugna decisão monocrática do Desembargador Relator da Apelação Criminal n. 1522129-56.2019.8.26.0228.

Considerando que a defesa do paciente não interpôs recurso cabível contra aquele julgado, inexistente manifestação do Colegiado estadual sobre o mérito do pleito lá deduzido.

Dessa forma, também fica esta Corte Superior impedida de pronunciar-se sobre o tema, sob pena de incorrer em indesejável supressão de instância.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS* - EXECUÇÃO PENAL - AGRAVO EM EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA DENEGATÓRIA, DO RELATOR NO TRIBUNAL *A QUO* - AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO, EM NOVA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE - *HABEAS CORPUS* CONHECIDO.

1. O agravo regimental constitui o instrumento do qual a parte dispõe para submeter ao órgão colegiado a decisão monocrática proferida por um de seus membros.

2. Tanto o Código de Processo Penal, no seu artigo 3º, quanto o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no seu artigo 233, determinam que, caso não haja retratação por parte do relator - como ocorreu no caso em exame -, este deve submeter o agravo regimental ao colegiado respectivo, para fins, inclusive, de exaurimento de instância recursal, sem a qual o recurso especial estaria fadado à hipótese de não conhecimento.

3. De fato, a provocação da jurisdição de Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente, de modo que incorreta a decisão do relator, no Tribunal *a quo*, que não conheceu - em nova decisão monocrática - do agravo regimental interposto pela defesa.

4. *Habeas corpus* não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício, a fim de que o agravo regimental interposto perante o Tribunal de origem seja submetido ao respectivo colegiado

(HC n. 446.987/RS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 15/8/2018).

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. CRIMES DESCRITOS NO ART. 171, NA FORMA DO ART. 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL, E ART. 2º DA LEI N. 12.850/2013. CONDENAÇÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. PLEITO DE REDUÇÃO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA.

1. Ante o não esgotamento da instância antecedente, por meio da interposição do recurso cabível contra decisão monocrática de Desembargador Relator, não pode o Superior Tribunal de Justiça, subvertendo o sistema de organização judiciária, analisar diretamente questões não apreciadas pela Corte de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento

(RCD no HC n. 447.287/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 29/5/2018)

Diviso, no entanto, ilegalidade flagrante, apta a subsidiar a concessão de *habeas corpus* de ofício.

Colhe-se dos autos que a defesa do paciente formulou o pedido de revogação

da prisão ou de substituição da prisão por cautelares diversas, com base na Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça e na decisão exarada pelo Ministro Marco Aurélio (STF) nos autos da TP na ADPF n. 347/DF (fl. 30).

O Desembargador Relator na origem, no entanto, indeferiu o pedido, considerando que a decisão exarada na tutela provisória não foi ratificada pelo Plenário da Suprema Corte e que caberia ao Juízo processante, em um primeiro momento, avaliar a prisão do paciente à luz da Recomendação n. 62 (CNJ) – fls. 30/31 (grifo nosso):

Fls. 290/292: Trata-se de pedido de liberdade provisória ou de conversão da custódia em medidas cautelares diversas da prisão com fundamento na Recomendação n. 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, bem como na determinação do Ministro Marco Aurélio, Relator de Pedido de Tutela Provisória Incidental nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 do Supremo Tribunal Federal.

Inicialmente, cumpre asseverar que a decisão monocrática do Ministro Marco Aurélio não foi referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, **não consta dos autos ter sido realizado protocolada em qualquer pedido desta natureza na Origem, sendo que qualquer manifestação desta Corte importaria em manifesta supressão de instância.**

Ainda que assim não fosse, não é o caso de se conceder a liberdade provisória ou medidas cautelares diversas da prisão, porque a recomendação do Ministro Marco Aurélio não se opera de maneira automática, cabendo ao julgador, após análise do caso concreto e das circunstâncias a ele peculiares, decidir sobre o cabimento ou não do benefício, o que não pode ser aferido com a simples análise de requisitos objetivos.

Quanto aos efeitos da decisão exarada nos autos da TP na ADPF n. 347/DF (STF), a conclusão do ilustre Desembargador é irretocável, pois a ausência de ratificação pelo Plenário da Suprema Corte fez cessar os efeitos jurídicos decorrentes da tutela concedida.

Contudo, no que se refere ao conteúdo da Recomendação n. 62, de 17/3/2020, do Conselho Nacional de Justiça, vislumbro **ilegalidade na conclusão de que matéria deveria ser suscitada, inicialmente, no Juízo de primeiro grau.**

É que o Magistrado de piso, ao proferir a sentença, exauriu sua jurisdição.

Assim, considerando o atual estágio da ação penal – apelação criminal pendente de julgamento – cabe ao Relator do apelo reavaliar a prisão cautelar à luz do ato referenciado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ* (art. 210 do RISTJ), mas **concedo habeas corpus de ofício** para determinar que o Desembargador Relator da Apelação Criminal n. 1522129-56.2019.8.26.0228 reavalie a prisão cautelar imposta ao paciente à luz da Recomendação n. 62 (de 17/3/2020), do CNJ.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator